

HABEAS CORPUS Nº 493.534 - SP (2019/0043355-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : TALES EDUARDO TASSI
ADVOGADO : TALES EDUARDO TASSI - SP248941
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS HENRIQUE RUBIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIS HENRIQUE RUBIA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente, absolvido em primeiro grau, foi condenado pelo Tribunal de origem "às penas totais de 07 (sete) anos de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 610 (seiscentos e dez) dias-multa, no mínimo legal, por infração ao artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, e artigo 180, *caput*, do Código Penal, declarando, ainda, a perda do dinheiro e bens apreendidos em favor da União, uma vez relacionados à traficância, nos termos do disposto no artigo 91, inciso II, do Código Penal" (e-STJ fl. 19), por ter em depósito **21.995 (vinte e um quilo e novecentos e noventa e cinco gramas) kg de maconha** e uma escada que era produto de crime (e-STJ fl. 13).

Alega a defesa ausência de fundamentação idônea a embasar a fixação do regime mais gravoso, alegando excesso na fixação da pena-base e ressaltando a primariedade do paciente.

Requer "a concessão da medida liminarmente, reformando-se o acórdão *a quo*, para readequar a pena e a possibilidade de estabelecer ao regime semiaberto ou até mesmo o aberto para o cumprimento da pena imposta" (e-STJ fl. 10).

Subsidiariamente, pede "a aplicação do redutor previsto no parágrafo 4º do artigo 33 da lei 11343/06 no grau máximo, pois presentes os requisitos legais, nos termos do artigo 33 do Código Penal, e não reconhecidos pela instância superior (TJ), em homenagem ao princípio da individualização da pena" (e-STJ fl. 10).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, da leitura do acórdão impugnado, em princípio, não se observa o apontado constrangimento ilegal, pois, ao que parece, a aplicação da pena e a fixação do regime inicial de cumprimento se deram de acordo com as peculiaridades da causa.

Assim, mostra-se imprescindível a análise aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator